

Teoria & Sociedade

Revista dos Departamentos de
Ciência Política e de Sociologia e Antropologia

Junho 2001

U F M E

7

Comissão Editorial: *Antonio Fernando Mitre*

Tania Quintaneiro

Editoração: *Carolina Assunção e Alves*

Guilherme Lopes Bigonha

Impressão: *Gráfica e Editora Cultura*

Elaborada pela Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais

TEORIA & SOCIEDADE (Revista dos Departamentos de Ciência Política e
de Sociologia e Antropologia - UFMG) - Belo Horizonte, n.7, 2001.

Semestral

ISSN: 1518-4471

1. Teoria Social - Periódicos. 2. Política - Periódicos 3. Sociologia -
Periódicos. I. Universidade Federal de Minas Gerais.

Conselho Consultivo:

Antonio Augusto Pereira Prates

Archibald Haller

Benício Viero Schmidt

Bernardo Sorj

Bila Sorj

Bill Smith

Bruno Pinheiro Reis

Carlos Aurélio Pimenta de Faria

Celina Souza

Daniel Pécaut

Elisa Reis

Fábio Wanderley Reis

Fátima Anastasia

Gustavo Lins Ribeiro

Jean-Michel Blanquer

José Eisenberg

Juarez Rocha Guimarães

Leonardo Avritzer

Leonardo Hipólito Genaro Fígoli

Malori Pompermayer

Maria D'Alva Gil Kinzo

Maria das Mercês Gomes Somarriba

Maria Lígia de Oliveira Barbosa

Mirian Goldenberg

Mônica Mata Machado de Castro

Nelson do Valle Silva

Neuma Aguiar

Otávio Dulci

Peter Fry

Pierre Sanchis

Renan Springer de Freitas

Renato Boschi

Roberto Grün

Rodrigo Duarte

Sérgio de Azevedo

ESTRATIFICAÇÃO SOCIETÁRIA

Archibald O. Haller

Os fenômenos de estratificação societária são relações relativamente duradouras, hierarquicamente ordenadas, entre as unidades de que é composta a sociedade.¹ As menores unidades são os adultos, homens e/ou mulheres, em atividades remuneradas, famílias nucleares ou, algumas vezes, famílias extensas ou domicílios. Tais unidades são ordenadas do nível mais alto ao mais baixo em termos de poder: político, aquisitivo, de prestígio e de situação educacional. Todos experimentamos a estratificação dia após dia, embora freqüentemente a notemos apenas no sentido de que algumas pessoas parecem estar melhor ou pior do que estamos. Pensadores sociais, gente poderosa e revolucionários têm estado especialmente preocupados com a estratificação desde tempos imemoriais.

Ter conhecimento das várias formas que as estruturas de estratificação podem assumir é importante por causa dos efeitos que elas têm sobre muitos aspectos da experiência humana tais como os sonhos das pessoas de uma vida melhor, seus esforços para melhorar sua situação, suas lutas pelo sucesso, seu medo do fracasso, sua simpatia pelos menos afortunados, sua inveja da boa sorte de outros, e mesmo seus sentimentos a respeito da revolução.

Uma compreensão abrangente da estratificação requer vários tipos de conhecimento: primeiro, em que consistem as estruturas de estratificação e como elas variam; segundo, as

¹ Este artigo foi publicado em Inglês em Archibald O. Haller. "Societal Stratification." pp. 2864-2874 In: BORGATTA, E. A. & MONTGOMERY, Rhonda. J. V. (Ed.). *Encyclopedia of Sociology*, 2a. ed., v.4, New York: MacMillan Reference USA, 2000. Tradução para o Português: Tania Quintaneiro e Antonio Mitre.

Archibald O. Haller

consequências individuais e coletivas dos diferentes estados de tais estruturas; e terceiro, os fatores que fazem com que as estruturas de estratificação mudem. Este artigo apresenta uma visão do pensamento atual relativo ao primeiro deles.

HISTÓRIA: A TEORIA CLÁSSICA

Existem duas linhas de pensamento distintas na base da moderna teoria da estratificação societária. Uma é a teoria *clássica*. Preocupada com o poder político e o privilégio, emprega a evidência histórica. A outra é a *tradição empírica* que trabalha com dados sistemáticos sobre a estratificação como ela ocorre contemporaneamente. A teoria atual sobre o comportamento dos fenômenos de estratificação pode ser remontada ao questionamento feito por Karl Marx às elites manufatureiras e financeiras de seu tempo. Subjacentes às suas preocupações – e às da classe trabalhadora, da qual ele foi o principal porta-voz na Europa por muitos anos – jazem as grandes transformações econômicas e políticas dos séculos XVIII e XIX.

As revoluções norte-americana e francesa e suas consequências culminaram numa legislação que, em muitos países, tornou os adultos iguais diante da lei. Em seguida, a onda de emancipação dos escravos e servos que varreu a Europa e as Américas também fez parte do ambiente intelectual da época. Mais imediatamente relevante para o pensamento de Marx foi o surgimento do sistema fabril e comercial, junto com o crescimento das cidades e o aumento da riqueza. Marx via as populações urbanas divididas em duas classes opostas. A classe capitalista empregava os trabalhadores, possuía os locais de trabalho, as máquinas e ferramentas, e tinha fácil acesso a grandes quantidades de dinheiro para investimento. Ela sofria oposição dos empregados, a classe trabalhadora, que nada tinha a oferecer a não ser seu tempo e energia. Do ponto de vista de Marx, estas duas classes diferiam em termos de poder e privilégio: poder porque os capitalistas davam ordens que os trabalhadores deviam aceitar, privilégio porque os capitalistas

apropriavam-se do excedente (o que sobrava depois de pagos os custos de produção) para si e seus investimentos, deixando para os trabalhadores apenas os salários que o mercado de trabalho obrigava-os a pagar. De fato, Marx estava interessado em como estas classes passaram a existir e no conflito de interesses que expressavam. Ele não escreveu especificamente sobre a estratificação societária como nós a entendemos hoje.

Escritores posteriores que trataram do tema, seja para elucidar ou contradizer Marx, explicitaram dimensões mais complexas da estratificação. Max Weber (1946, 1947) viu o poder como um fator básico geral das desigualdades duradouras a que chamamos estratificação. Às vezes, como Marx, ele usou categorias cujas dimensões subjacentes seriam elucidadas por outros. Para ser mais específico, partido, classe e grupos de *status* foram seus conceitos-chave. Quando estes são dimensionados, *partido* parece ser influência política legítima, *classe* expressa uma ordem hierárquica de *status* econômico, e a variável subjacente aos *grupos de status* é sua ordem hierárquica de acordo com o grau de honra social. Em alguns escritos, ele viu a educação como uma variável de estratificação. Em outros, escreveu com frequência sobre a autoridade, ou sobre as relações de poder legítimas superordenadas e subordinadas. Uma nota final: Weber não disse nada a respeito do modo pelo qual as pessoas são distribuídas nessas dimensões; nem, é claro, sobre como e por que tais distribuições variam.

Pitirim A. Sorokin (1927), de maneira mais minuciosa e precisa do que Marx ou Weber, sentou as bases da moderna teoria da estratificação societária. Ele distinguiu a estratificação política, a econômica e a ocupacional. A primeira é uma dimensão do poder político, a segunda do poder da renda e da riqueza. Ele não esclareceu a dimensionalidade do *status* ocupacional, o qual significa algumas vezes autoridade, outras privilégio, ou ainda inteligência. Muito da teoria de Sorokin sobre a estratificação societária permanece intacto ainda hoje. Primeiro, ele observou que todas as sociedades eram estratificadas em algum grau, uma posição amplamente aceita hoje. Segundo, estudiosos dedicados à pesquisa empírica continuam ativos

no refinamento e elucidação de seus conceitos de *status* ocupacional e mobilidade ocupacional. Terceiro, com base nisso, ele se perguntou por que a estratificação ocupacional existe, e concluiu que a vida comunitária organizada requer mecanismos e pessoas para coordenar as atividades essenciais e que tal coordenação demanda e premia a capacidade incomum. Esta visão, chamada agora de *hipótese funcionalista*, tem sido elaborada e questionada desde então. Quarto, ele sustentou que o grau de estratificação varia de sociedade a sociedade e no decorrer do tempo em qualquer sociedade. A estratificação, ele afirmou, está em "flutuação incessante". Ele especificou diversos modos pelos quais as estruturas de estratificação podem variar. A estrutura como um todo pode ascender ou descender. O topo pode subir ou descer, mudando o grau de desigualdade. O *perfil*, ou formato da distribuição, pode variar. Igualmente, a taxa de mobilidade individual ascendente ou descendente pode variar, e os estratos como um todo podem subir ou descer.

Sorokin apresentou dessa maneira uma teoria estabelecendo: (1) as dimensões gerais pelas quais as pessoas são estratificadas no interior de uma sociedade; (2) alguns modos pelos quais as distribuições das pessoas em tais dimensões variam; (3) por que a estratificação existe; (4) uma apreciação realista das mudanças na estratificação.

O último trabalho na tradição clássica é o de Gerhard Lenski (1966). Suas dimensões-chave são: poder, privilégio e prestígio, nessa ordem de importância. Além disto, ele propõe três idéias principais. Primeira, tanto a teoria funcional quanto a teoria do conflito, oposta a ela, estão parcialmente corretas. As necessidades da sociedade exigem coordenação, implicam na existência de estratos baseados no poder e na autoridade, assim como num grau de consenso por parte de muitos daqueles cujas atividades são organizadas por outros. Mas o conflito é uma consequência de tal controle. Abusa-se com frequência da autoridade e, mesmo quando isto não ocorre, ela pode ser mal compreendida. Segundo, as desigualdades são principalmente as de poder, seguem-se as de privilégio e de prestígio, em grande parte como consequência daquelas. Terceiro, considera-se que o

grau de desigualdade – visto como um fenômeno singular que abrange a taxa de mobilidade e a distância entre os estratos – aumentou com a inclusividade e a complexidade da sociedade até a Revolução Industrial, depois da qual declinou. De acordo com Lenski, as principais forças que levam à mudança no grau de desigualdade são: o tamanho do excedente de produção e, subjacente a ele, a marcha da eficiência tecnológica.

Lenski encontra-se claramente inserido na tradição clássica por sua preocupação com o poder e o privilégio e por apoiar seu trabalho sobre evidências históricas. Até certo ponto, ele faz eco às preocupações de Sorokin a respeito das variações nas estruturas de estratificação ao enfatizar o grau de desigualdade. Ele elabora de maneira convincente a questão conflito x necessidade societária no que diz respeito à existência da estratificação. Ele usa a evidência histórica efetiva e sistematicamente para marcar as variações na desigualdade nas sociedades agrárias e horticultoras. No entanto, sua ênfase em dois aspectos centrais e abrangentes da estratificação, quais sejam – poder (sua variável-chave) e desigualdade (usada para denotar o modo como o poder e suas conseqüências são distribuídos) – obriga a colocar muitos fenômenos de estratificação, que variam separadamente, em um número insuficiente de categorias. Este problema torna-se crítico nas sociedades industriais, onde as dimensões da estratificação de fato variam independentemente uma da outra.

HISTÓRIA: A TRADIÇÃO EMPÍRICA

Como já foi observado, esta tradição de pesquisa de estratificação refere-se ao aqui e agora. Esta é uma linha de pesquisa que alcançou um grau de excelência na mensuração das posições hierárquicas de pequenas unidades demográficas no interior de estruturas de estratificação maiores. Embora mais recente do que a tradição clássica, ela, mesmo assim, tem uma longa história. Diversos instrumentos de medida de *status* mais ou menos independentes foram formulados nos anos 1920 e 1930. A maioria referia-se seja

ao prestígio da ocupação principal do chefe da família ou à qualidade da moradia. Eles tendiam a compartilhar certas suposições: (1) de que a estratificação consistia numa hierarquia única, no início chamada geralmente de *classe social*; (2) de que uma ou duas escalas diferentes eram suficientes para testar hipóteses concernentes à classe social; (3) de que as posições das classes sociais podiam ser distinguidas pela observação direta e/ou entrevistas com alguém que conhecesse os detentores de *status*; (4) de que rotinas, através das quais se atribuiriam escores numéricos válidos e confiáveis para cada detentor de *status*, podiam ser criadas em cada uma das escalas usadas para medir a classe social; (5) de que a unidade a ser avaliada era o domicílio que podia ser constituído por uma ou várias pessoas residentes; (6) e de que esta era a unidade a que tinham que ser atribuídos os pontos, seja com base nos dados relativos ao domicílio ou ao chefe da família. Muitos desses instrumentos tornaram-se obsoletos porque tinham que ser recalibrados para cada nova comunidade ou tipo de comunidade onde eram aplicados. Aqueles que sobreviveram – a educação e o *status* ocupacional – conseguiram-no porque sobre eles obtiveram-se escores comparáveis, para grandes populações tais como nações.

Dos dois principais sobreviventes, o nível de instrução é bem fácil de medir: o número exato de anos escolares concluídos com sucesso, de zero a 16, 17, 18 etc. Já no caso do *status* ocupacional a questão é distinta. Existem dois sistemas atualmente em uso. O primeiro, o dos índices de prestígio ocupacional, supõe que cada pessoa, em uma dada ocupação, compartilha do prestígio que a maioria das pessoas atribui àquela ocupação. As escalas de prestígio ocupacional foram construídas para muitos países (TREIMAN, 1977). O outro sistema é o dos índices de *status* ocupacional sócio-econômico (ISE ou SEI). Estas escalas usam a educação e a renda para medir o nível de *status* de cada ocupação, atribuem então à pessoa o escore de sua ocupação. Nos Estados Unidos, a escala de prestígio de Treiman e o ISE fornecem escores ocupacionais altamente correlacionados (FEATHERMAN & HAUSER, 1978).

A despeito da intenção original de tais escalas medir as

posições no que se acreditava ser a única hierarquia de estratificação – estas duas variáveis, nível de instrução e *status* ocupacional, são também adequadas ao uso pelas perspectivas multidimensionais de estratificação dos teóricos clássicos.

UMA SÍNTESE

A síntese atual foi elaborada pelos teóricos da estratificação, que tanto eram sensíveis às preocupações dos teóricos clássicos com o poder e o privilégio, quanto embebidos na tradição empírica. Portanto, eles reuniram o interesse dos teóricos clássicos pelo *poder político*, pelo *poder econômico* e pela *honra social* (Weber), incluindo o *status ocupacional* de Sorokin e o *prestígio* de Lenski, às preocupações dos empiristas com o *status ocupacional* e o *nível de instrução* (superpondo Weber, Sorokin e Lenski), e por fim a mensuração e a análise quantitativas.

O pequeno livro de Kaare Svalastoga, *Social Differentiation* (1965), parece ser a primeira tentativa de síntese. O Autor aponta a centralidade de quatro dimensões de *status*: político, econômico, social (principalmente ocupacional), e informacional (principalmente educacional). Ele chama a atenção para as variações estruturais através dos seguintes parâmetros: o grau de desigualdade, a correlação entre dimensões, e o grau de permeabilidade (grau de mobilidade de circulação intergeracional ou movimento para cima e para baixo nas hierarquias). Otis Dudley Duncan (1968) aceitou e esclareceu a síntese de Svalastoga. Sua lista das *escalas de premiação* ou de *status* fornece um bom esquema sobre um número bastante grande de variáveis que devem ser medidas a fim de se ter uma escala completa de determinação dos níveis das pessoas em cada dimensão de *status*. Ele também divide três das quatro dimensões de Svalastoga em duas categorias cada uma. Tal como Svalastoga, lista então três modos pelos quais a estrutura de qualquer variável de estratificação pode variar. Uma é o *grau de desigualdade*. A segunda é chamada de *rigidez da desigualdade* ou *cristalização de status* – a mesma *correlação* de Svalastoga.

A terceira é a *rigidez da estratificação* que é a *permeabilidade* de Svalastoga invertida.

Como a de Sorokin é de outros, a posição de Archibald O. Haller (1970) em relação à síntese pressupõe que a estratificação existe em algum grau em todas as sociedades e em todos os tempos. Revista ligeiramente aqui, esta forma de síntese sustenta que existem duas classes de dimensões de estratificação. A primeira é de conteúdo – daqui em diante as chamadas dimensões de *poder*, de acordo com Weber: a capacidade de uma dada unidade de provocar em outros o comportamento promovido por ela, tendo sido tal poder rotinizado pela coerção ou pelo consentimento. Concordando conceitualmente (mas nem sempre terminologicamente) com os escritores clássicos, esta expressão da síntese postula o poder político, o poder econômico, e o poder do prestígio como dimensões universais do poder. Para sociedades civilizadas, acrescenta o poder derivado dos anos de educação formal.

Esta posição então coloca a influência política legitimada (incluindo a autoridade) como a dimensão subjacente à de *partido*, de Weber, à de *estratificação política*, de Sorokin, à de *poder*, de Lenski, e à de *status político*, de Svalastoga. Ela postula as dimensões de *classe*, de Weber, de *estratificação econômica*, de Sorokin, de *privilegio*, de Lenski, e de *status econômico*, de Svalastoga como referentes, ao mesmo grupo de fenômenos hierárquicos: acesso a bens e serviços – a dimensão *econômica* da estrutura de estratificação. De Weber, toma a variável *honra social*; de Sorokin e dos pesquisadores do moderno *status* ocupacional, a de *estratificação ocupacional*; de Svalastoga, a de *status social*; e de Lenski, a de *prestígio*. Da tradição empírica, adota a mensuração de poder ocupacional (*status*). Todas elas são concebidas com referência a um terceiro conjunto homogêneo de fenômenos hierárquicos: o poder de respeito ou deferência atribuído à unidade devido à sua participação em uma categoria social (tal como ocupação) que tem um nível específico de avaliação pela sociedade – a dimensão *prestígio* da estratificação societária. E, como indicado, a partir de Svalastoga e Duncan, com mais apoio dos empiristas e

um pouco, também, de Weber, toma o poder informacional como uma dimensão de conteúdo da estrutura de estratificação, tendo a educação como principal indicador.

Nesse nível geral, presume-se, é claro, que cada dimensão de poder seja aplicável, de uma forma ou outra, a todas as sociedades humanas em qualquer tempo, sempre que se possa verificar vida humana comunitária. É a expressão exata de cada dimensão e da relação entre elas que variará através do tempo e do espaço. Para todas as sociedades contemporâneas, as principais expressões de cada uma pareceriam ser as seguintes: para a dimensão de poder político, *poder político*, uma variável que os pesquisadores ainda não aprenderam a medir, a despeito de sua centralidade na teoria clássica; *renda* (ocasionalmente *riqueza*) para a dimensão econômica, uma variável que recentemente vem interessando aos da tradição empírica; *status ocupacional* em qualquer de suas duas formas principais de escalas de prestígio ocupacional de TREIMAN (1977) ou do índice sócio-econômico ocupacional (ISE) de FEATHERMAN e HAUSER (1978) para a dimensão *prestígio*; e para a dimensão de *poder informacional*, o nível de instrução em termos dos anos de escolaridade formal completos. Então, nos últimos anos, tornou-se visível que, para as sociedades de hoje, as principais variáveis da tradição empírica têm lugar central entre as dimensões de conteúdo da tradição clássica. Renda, *status* ocupacional e educação são as variáveis teoricamente defensáveis imediatamente disponíveis para medir três das quatro dimensões clássicas de conteúdo.

Do mesmo modo que em Sorokin, Svalastoga e Duncan, a síntese proposta por Haller especifica diversas dimensões estruturais, e propõe ser aplicável a toda medida adequada de cada dimensão de conteúdo. As três dimensões estruturais de Svalastoga e Duncan estão incluídas: grau de desigualdade, cristalização de *status* e grau de *status* herdado. Duas outras de Sorokin estão incluídas, embora tenham sido modificadas para se adequar à compreensão dos dias de hoje. Uma é o nível geral da tendência central. A outra é a discriminação em seu conceito de *perfil* de duas noções: estrutura

modal e assimetria. Elas merecem um comentário. Embora calculadas a partir de dados de pequenas unidades, cada dimensão estrutural aplica-se à sociedade como um todo. Ainda que logicamente sejam parcialmente dependentes uma da outra, cada uma dá uma contribuição única para a compreensão da estratificação, mostra-se passível de descrição estatística, e é aplicável aos indicadores de posição de cada pequena unidade na sociedade (por exemplo: a família). Medidas válidas de cada dimensão de conteúdo, tomadas em um dado momento, de uma amostra generalizável da população de pequenas unidades desta sociedade, forneceriam uma descrição completa de sua estrutura de estratificação naquele momento. Medidas sucessivas forneceriam uma descrição completa da evolução da estrutura de estratificação daquela sociedade no decorrer do tempo, fornecendo então uma idéia geral das variações no grau de estratificação daquela sociedade. Cada uma se aplica a comparações no tempo ou entre sociedades.

Nível geral

Como Sorokin percebeu, os níveis de dimensões estruturais podem ascender e descender como um todo, isto é, a situação média – em termos políticos, econômicos, de prestígio e informacionais – das pequenas unidades, muda no decorrer do tempo. Estas ascensões e quedas podem ser vistas nas mudanças que revela a tendência central – por exemplo, a média aritmética do valor mediano – da situação das pequenas unidades. Observe-se que as ascensões e quedas na tendência central de qualquer uma destas dimensões não seguem necessariamente o mesmo padrão das outras. Por exemplo, a média do poder econômico, de prestígio e informacional pode crescer, enquanto a média da influência política decresce. Isto pode ocorrer em uma sociedade onde uma ditadura voltada ao desenvolvimento reduz a participação política dos cidadãos, enquanto aumenta os níveis de renda, elevando o prestígio por meio da modernização da estrutura ocupacional e aumentando o acesso à educação. De fato, os níveis econômico, de prestígio e de instrução das populações das democracias mais desenvolvidas têm aumentado

quase que consistentemente desde a segunda guerra mundial, embora o mesmo não possa sempre ser dito a respeito das ditaduras. Note-se, também, que a elevação do nível da estrutura ocupacional é exatamente o que alguns pesquisadores chamam de *mobilidade estrutural ascendente*, caso em que quase todos são levados para cima por mudanças na economia que eliminam os empregos de baixa qualificação, enquanto aumentam o número de empregos especializados.

Grau de desigualdade

As distâncias entre as pequenas unidades de uma sociedade podem aumentar ou diminuir no tempo. É como se se estirassem as posições nas dimensões de poder, afastando-as, ou as espremessem, aproximando-as. O termo estatístico para isto é *grau de dispersão*. Existem algumas medidas de dispersão, tais como a amplitude do desvio padrão (ou seu quadrado, a variância), a distribuição de amplitude (desigualdade absoluta) do semi-interquartil (ou quintil, decil etc.), as distribuições compartilhadas (desigualdade relativa), e os coeficientes de Gini, Theil e Kuznets. Existem dois tipos básicos de desigualdade: absoluta e relativa. As concepções de desigualdade absoluta pressupõem que o critério pelo qual o grau de desigualdade será medido é fixado de tal modo que, por exemplo, à medida que a renda real *per capita* aumenta, a diferença em dólares entre a média dos 10% superiores e a média dos 10% inferiores das pequenas unidades pode aumentar, enquanto cada uma delas está ascendendo acima de seu nível anterior, aumentando o declive do ápice mais rapidamente do que o da base. No que diz respeito à renda, uma descrição apropriada destes fenômenos seria a *mudança no tamanho da distribuição da renda*. Registros sobre a desigualdade absoluta e suas mudanças são às vezes publicados. Com mais frequência publicavam-se resultados sobre *distribuições compartilhadas* (desigualdade relativa) *de renda*. Para qualquer sociedade, em qualquer época, as distribuições compartilhadas consideram a quantidade total de renda, como uma constante de 100% (ou 1,00), por exemplo, e determinam em que grau tal

quantidade, a despeito de seu tamanho absoluto, é ou não uniformemente dividida pela população. Isto inclui a percentagem de toda a renda mantida pelos X% superiores e o Y% inferiores da população. Ou, como no caso dos coeficientes de Gini, Theil e Kuznets, eles assumem valores que variam de 1,0 a zero, no qual 1,00 é o grau máximo de desigualdade e zero é a igualdade total. Vistas em um momento do tempo, dentro de uma única sociedade, as medidas de desigualdade relativa são bastante úteis. Mas para comparação entre sociedades ou no decorrer do tempo na mesma sociedade, elas podem levar a erros. De fato, por muitos anos as medidas de distribuição de renda relativa da população americana permaneceram essencialmente imutáveis, enquanto a *desigualdade absoluta* cresceu dramaticamente (U.S. Department of Commerce, 1980). Isto se deu porque a renda real *per capita* estava crescendo rapidamente. Quanto maior o grau de desigualdade, maior o grau de estratificação.

Cristalização

Há tempos se reconhece que a estrutura de estratificação pode tender ao monolitismo ou afastar-se dele, segundo diferentes dimensões de poder convirjam em uma única hierarquia ou tendam a ficar em hierarquias parcialmente separadas. Em um extremo, a posição de uma pequena unidade, em qualquer uma das dimensões, pode ser determinada conhecendo-se sua posição em qualquer outra. Em outras palavras, se as quatro dimensões de conteúdo são perfeitamente correlacionadas, aquelas nas posições elevadas em uma dimensão estariam também em posições elevadas em todas as outras dimensões, enquanto aquelas em posições humildes em uma dimensão, estariam em posições igualmente baixas em qualquer outra, e assim por diante. No extremo oposto, a posição de uma unidade em uma dada dimensão de conteúdo seria irrelevante para sua posição em qualquer outra. No mundo real, quaisquer duas ou três dimensões poderiam estar altamente correlacionadas, todas poderiam ser moderadamente inter-correlacionadas etc. Por razões óbvias, Svalastoga chamou esta dimensão estrutural de *correlação*. Outros

chamaram-na de *cristalização de status*. Note-se que os níveis e as formas de cristalização podem ser melhor resumidas por um método chamado de *análise fatorial* do que pelas correlações propriamente. A análise fatorial pode mostrar quais conjuntos de variáveis de conteúdo tendem a variar conjuntamente numa população e quais não. Ela também pode ajudar a determinar quais são as dimensões dominantes e quais as de menor importância numa dada estrutura de estratificação. Por exemplo, parece que a antiga estrutura de estratificação soviética foi dominada pela dimensão política e a norte-americana, pela econômica. A análise fatorial das correlações das dimensões de conteúdo pode nos dizer se estas suposições são verdadeiras. Quanto maior o grau de cristalização, maior o grau de estratificação.²

Status herdado

Este é o grau no qual o nível das pessoas em uma dada dimensão de conteúdo é controlado pela posição de seus pais. É exatamente o oposto da mobilidade de circulação. Um alto grau de posição de poder herdada implica num baixo grau de mobilidade de circulação. O resumo estatístico básico deste fenômeno é ou o coeficiente de correlação (r) ou o coeficiente de determinação (r^2) das posições da dimensão de poder dos filhos e de seus pais – (o r^2 mostra o quanto uma variável é determinada pelas outras). Quanto maior o grau de *status* herdado, maior o grau de estratificação.

² Durante os anos 70, ficou claro que distribuições esquemáticas da renda individual (ou rendimentos etc.) podem ser transformadas tomando seu logaritmo normal e usando-o em correlações etc. com outras variáveis. Estes dados transformados têm contribuído consistentemente para nossa compreensão das diferenças existentes entre as rendas individuais e suas causas. Tendo a acreditar que essa transformação deveria ser usada para medir cristalização estrutural. Podemos usar como exemplo dados sobre indivíduos do sexo masculino (tais dados não estão disponíveis no momento para mulheres). A transformação muda a correlação de renda com educação ($R \times E$) e renda com ocupação ($R \times O$) em cada um das três seguintes regiões. Desenvolvida – $R \times E$: $r = 0,59$; $R \times O$: $r = 0,58$. Em desenvolvimento – $R \times E$: $r = 0,53$; $R \times O$: $r = 0,54$. Subdesenvolvida – $R \times E$: $r = 0,41$; $R \times O$: $r = 0,45$. Isto não muda o padrão de correlação entre as regiões, mas oferece uma avaliação mais realista de suas tendências de cristalização. Compare-se com as correlações na Tabela 2.

O perfil de Sorokin

Cada variável tem uma distribuição, uma forma que aparece quando o número dos escores (a *frequência*) é determinado em relação ao valor dos escores. Muito da teoria estatística hoje supõe que estas distribuições do mundo real ajustam-se a certas fórmulas matemáticas. A curva *normal* em formato de sino é uma das formas mais frequentemente assumidas. Para a distribuição de renda, a curva normal log – com a qual a distribuição do logaritmo natural das quantidades individuais formam uma curva normal – é em geral assumida. Os pesquisadores da estratificação freqüentemente tomam como certo que as distribuições das dimensões de poder ou são normais ou log normais. Mas não existe razão sociológica para esperar que seja assim. A forma que assume a distribuição de uma dimensão de conteúdo é precisamente o que Sorokin quis dizer com o termo *perfil*. Na falta de dados e conceitos para ir mais adiante, ele simplesmente chamou as formas dessa distribuição do mundo real de seus *perfis*. Hoje podemos ver que existem dois aspectos de cada perfil: estrutura modal e assimetria.

Em sociedades extremamente subdesenvolvidas, quase todos estão concentrados nos valores mais baixos possíveis de poder econômico, político, ocupacional e educacional: extremamente pobres, completamente sem influência, de baixo prestígio e analfabetos. Acima deles, os *melhores* são colocados em ordem de classificação, com uma ampla margem de diferença na qual aquelas poucas pessoas que estão acima da base reduzem-se a um punhado de indivíduos de posição elevada. Cada uma de tais distribuições deveria ter uma moda muito baixa (ou um grupo distinto de casos) e uma mediana (onde a metade dos casos são mais altos e a metade mais baixos) e uma média aritmética mais alta, com assimetria acentuada na extremidade. Em sociedades de certo modo mais desenvolvidas, tais distribuições, em lugar de resultar em curvas com formato de sino ou log normais, podem muito bem mostrar múltiplas modas, com muitas pessoas concentradas ao redor de um ponto bem baixo, umas poucas concentradas ao redor de um ponto um

pouco mais alto, umas poucas concentradas próximas ao topo, e depois disso uma acentuada inclinação ascendente em direção às pouquíssimas que estão no topo da distribuição. As consequências de tais modas para as vidas das pessoas envolvidas são sem dúvida bem grandes. Por exemplo, se numa certa sociedade quase todos são destituídos, os poucos que são mais ou menos bem de vida são altamente visíveis. Mesmo que esses últimos não estivessem de fato muito acima dos outros, todos pensariam nessa sociedade como sendo altamente estratificada. Se, em outra sociedade, as pessoas são agrupadas próximas em diversos pontos ao longo de uma hierarquia, formando então múltiplas modas, ou classes discretas, aquelas em cada moda podem vir a se considerar membros de uma classe especial em oposição àquelas concentradas em outra moda. Então, as formas exatas dos perfis são essenciais para uma descrição da estrutura de estratificação de uma sociedade. Do ponto de vista teórico, estas formas terão consequências substantivas para muitos comportamentos que dependem da estratificação.

Perfil: estrutura modal

Esta dimensão estrutural refere-se ao número, tamanho e localização de distintas modas relativas à distribuição de cada variável de conteúdo. Em estruturas poli-modais, quanto mais pronunciadas as modas, maior o grau de estratificação.

Perfil: assimetria

Diversos instrumentos estatísticos existem para marcar o grau de assimetria. Quanto maior o nível de assimetria, maior o grau de estratificação.

ILUSTRAÇÕES

Considerem-se os seguintes exemplos. Dados com os quais medir e comparar as estruturas de estratificação são muito difíceis de obter. Considere-se por agora que uma descrição completa em

um determinado momento requer indicadores bem medidos e válidos de quatro dimensões de poder, um ou mais para cada dimensão. Para cada indicador, diversas medidas devem ser feitas: o nível médio, o grau de desigualdade absoluta e relativa, o grau e formas de análise fatorial de cristalização de todo o conjunto de indicadores das dimensões de poder, o grau herdado de posição de poder, e as distribuições de cada um devem ser demarcadas de modo a indicar a estrutura modal e a medir a assimetria de cada uma. Descrever tal estrutura global num dado momento exige a construção de 24 ou mais diferentes indicadores de dimensões estruturais. Estes devem basear-se em amostras representativas de toda a sociedade, grandes o bastante para permitir o registro de pequenas diferenças, como o caso de poucas pessoas no topo superior de uma distribuição assimétrica. O estudo das variações na estrutura de estratificação exige que medidas comparáveis sejam tomadas, sobre as mesmas variáveis, em diferentes tempos e lugares. A exigência de comparabilidade é em si mesma grande quando se fazem comparações entre sociedades com culturas diferentes ou em longos períodos de tempo na mesma sociedade.

Estudos exploratórios desse tipo têm sido feitos a partir de dados obtidos no Brasil. Os dados foram coletados sobre uma amostra de probabilidade nacional de famílias em 1973, e estão disponíveis a respeito de todos os homens e mulheres empregados, dos lares amostrados. Estas pessoas são as *pequenas unidades* da análise descritiva que será apresentada posteriormente. O Brasil é um local particularmente adequado para desenvolver tal pesquisa exploratória por dois motivos. Primeiro, é um país grande cujas regiões são marcadamente diferentes uma das outras em termos de desenvolvimento. Segundo, tem apenas um idioma e uma cultura. O primeiro torna possível testar as variações estruturais da estratificação associadas aos níveis de desenvolvimento, tratando as regiões como sociedades. O segundo facilita o problema da comparabilidade.

Como foi indicado, não é possível atualmente obter medidas da dimensão *poder político* no Brasil ou em qualquer outro lugar. No entanto, existe uma concordância generalizada de que: (1) a

renda é uma medida apropriada da dimensão *status econômico*, (2) os instrumentos de *status ocupacional* baseados na educação e renda médias de cada ocupação são medidas apropriadas da dimensão *prestígio*, e (3) a educação é da mesma forma uma medida apropriada da dimensão *status informacional*. Estes dados estão disponíveis para alguns dos parâmetros que teriam que ser estimados para se obter uma descrição completa das variações de desenvolvimento regional da estrutura de estratificação brasileira em 1973.

Aqui, de fato, comparamos regiões marcadamente diferentes em termos de desenvolvimento. As estruturas de estratificação de três das macrorregiões de desenvolvimento sócio-econômico do Brasil (DSE) foram definidas em 1970 pela obtenção de escores DSE de itens múltiplos, com pesos fatoriais das 360 microrregiões oficiais da nação e demarcados seus níveis no mapa do Brasil (HALLER, 1983). Isto mostrou as seguintes cinco macrorregiões: o sul desenvolvido (mediana DSE=78, numa escala de zero a 100), a periferia do sul em desenvolvimento (mediana DSE=54), a Amazônia subdesenvolvida (mediana DSE=32,5), o nordeste desigualmente desenvolvido (mediana DSE=31) e o meio-norte subdesenvolvido (mediana DSE=13).

Obviamente, neste ensaio não podemos reproduzir cada uma das dimensões estruturais para cada macrorregião DSE para homens e mulheres. Em lugar disso, podemos fornecer algumas ilustrações-chave sobre três das regiões: a desenvolvida, a em desenvolvimento, e a subdesenvolvida.

Variáveis usadas rotineiramente como indicadores foram formuladas para medir três das quatro dimensões de conteúdo de estratificação: a instrução em número de anos completados com êxito, escores de *status ocupacional* (compostos de escores avaliados canonicamente com base na educação e renda de cada ocupação), e a renda anual de 1973 em dólares norte-americanos.

As ilustrações estão baseadas em homens e mulheres, regularmente empregados, de 15 a 65 anos de idade. Todas estas pessoas que viviam nas três regiões comparadas e que foram parte

da amostra foram incluídas. Os números dos membros da amostra variam muito por região e por sexo. O sul desenvolvido é muito mais populoso do que as outras duas regiões, e cerca de três vezes mais homens do que mulheres estão empregados. A maior das seis subamostras por gênero e região consiste portanto de homens no sul – mais de 40.000 (ver Tabela 1). A menor é de mulheres na periferia do sul em desenvolvimento – acima de 2.500.

Começamos com os perfis (ver Figura 1), os gráficos foram esquematizados para mostrar a forma das estruturas de estratificação para homens e mulheres como aparecem nas três regiões. Há duas razões para prestar muita atenção a essas curvas. Primeira, elas mostram as relações de poder entre as pessoas. A presença de múltiplas modas mostra a existência de classes discretas e potencialmente opostas. Ambos, a estrutura modal e a marcante assimetria, indicam um alto grau de estratificação para cada amostra. Segunda, o fato de que estas distribuições divergem acentuadamente das curvas normal e normal log mostra que os números, isto é, os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 são no melhor dos casos aproximados. Isto se dá porque as formas de distribuição afetam seus significados.

Tabela 1

Variações ilustrativas de estruturas de estratificação regional no Brasil, por grau de desenvolvimento, considerando pessoas empregadas entre 15 e 65 anos de idade, 1973

Variável de conteúdo de estratificação	Homens			Mulheres		
	desenvolvida	em desenvolvimento	subdesenvolvida	desenvolvida	em desenvolvimento	subdesenvolvida
Educação						
nível geral (média)	4,9	4,2	1,7	5,3	5,1	1,6
desigualdade absoluta (desvio padrão)	3,9	3,8	2,3	4,3	4,5	2,7
Status Ocupacional						
nível geral (média)	19,4	16,8	6,7	20,3	21,1	8,6
desigualdade absoluta (desvio padrão)	18,9	18,0	10,8	19,7	20,4	14,6
mobilidade de circulação ($1 - r^2$)	0,72	0,79	0,85	0,69	0,75	0,63
Renda Anual						
nível geral (média)	1800	1423	536	891	610	264
desigualdade absoluta (desvio padrão)	2670	2330	903	1132	864	400
número de pessoas	41578	7686	5841	15711	2581	2777

Nota: A educação é calculada em anos. O status ocupacional é estimado em unidades canônicas de status sócio-econômico (0-100). A mobilidade de circulação é intergeracional. A renda é em dólares norte-americanos.

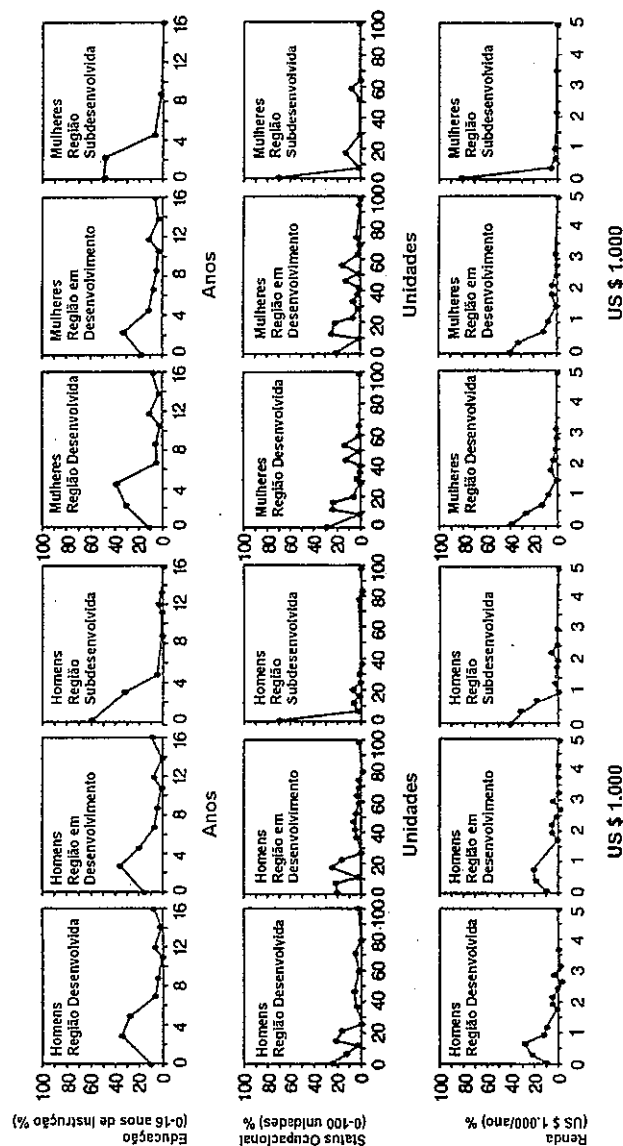
Tabela 2

Variações ilustrativas de cristalização estrutural entre regiões de desenvolvimento no Brasil, considerando pessoas empregadas entre 15 e 65 anos de idade, 1973 (coeficientes de correlação)

Variável de conteúdo de estratificação	Homens			Mulheres		
	desenvolvida	em desenvolvimento	subdesenvolvida	desenvolvida	em desenvolvimento	subdesenvolvida
Educação por status ocupacional	0,52	0,51	0,35	0,65	0,67	0,52
Educação por renda	0,27	0,18	0,16	0,23	0,20	0,20
Status ocupacional por renda	0,23	0,16	0,13	0,23	0,17	0,16

Figura 1

Variações Ilustrativas dos Perfis de Estratificação entre regiões de desenvolvimento no Brasil, considerando pessoas empregadas entre 15 e 65 anos de idade (1973).



Fonte: ver Tabela 1 para definições e tamanho das amostras.

As curvas mostram o seguinte:

1. Múltiplas modas aparecem, tanto para homens como para mulheres, em 10 dos 12 gráficos relativos às regiões desenvolvidas e em desenvolvimento. A exceção é a distribuição da renda feminina nas regiões mais desenvolvidas.
2. Para as duas regiões mais desenvolvidas, curvas comparáveis mostram exatamente a mesma estrutura modal. Nestas, a educação tende a ser bi ou tri-modal, e o *status* ocupacional a ser ao menos tri-modal. Entre homens e entre mulheres nas regiões em desenvolvimento, a renda também exibe múltiplas modas. Na região subdesenvolvida, a forma das curvas é marcadamente diferente dos casos anteriores. As curvas nesta região mostram uma forte concentração, tanto de homens como de mulheres, na base de cada variável indicador, embora alguns dos seis gráficos mostrem a formação de uma pequena segunda moda e, às vezes, de uma terceira nos níveis de *status* elevado. A conclusão que pode ser retirada é de que a área subdesenvolvida exibe um grau relativamente alto de igualdade na própria base da estrutura de estratificação brasileira. Isto é precisamente o oposto da crença comum entre muitos observadores do Brasil, que acreditam que a desigualdade é maior nas regiões subdesenvolvidas (talvez devido à visibilidade do diminuto estrato no topo).
3. Cada curva mostra um alto grau de assimetria. Isto é, uma minúscula proporção de pessoas detém as mais altas posições e, no conjunto, à medida que a extremidade da distribuição se alonga, quanto mais alto o nível, mais diminuta a percentagem de pessoas.
4. Em cada caso, as principais modas são uma ou as duas na base, onde a maioria das pessoas tendeu a se concentrar.
5. Quase todos os gráficos mostram uma tendência ao aparecimento de uma ou duas modas menores no meio da distribuição. Para a educação, isto se dá por volta de 12 anos de instrução. Para o *status* ocupacional é de cerca de 50 pontos na escala, equivalente ao nível dos funcionários de escritórios, professores de escolas primárias e similares. Para a renda, é de cerca de dois ou três mil dólares anuais, ou um salário médio mensal entre US\$160 e US\$250.

6. Pode haver uma diminuta moda perto do topo da distribuição do *status* educacional e ocupacional nas regiões mais desenvolvidas.
7. Para o *status* ocupacional e de renda, as mulheres estavam mais concentradas ao redor da base do que os homens.
8. Claramente, as principais variações regionais de perfis estão entre as duas regiões mais desenvolvidas e a região subdesenvolvida.
9. Em termos da estrutura modal, as áreas mais desenvolvidas parecem mais estratificadas do que a área subdesenvolvida.
10. Em termos de assimetria, parece que a área subdesenvolvida é mais altamente estratificada.

A Tabela 1 apresenta os dados relativos aos níveis gerais e de desigualdade absoluta das três dimensões de conteúdo. O grau de mobilidade de circulação também é apresentado para o *status* ocupacional. Exceto para os níveis ocupacionais das mulheres nas regiões em desenvolvimento – cujo *status* é ligeiramente maior do que o das mulheres nas regiões desenvolvidas – o nível geral para todas as três variáveis aumenta com o desenvolvimento.

Novamente, com duas exceções entre as mulheres nas regiões em desenvolvimento, quanto mais elevado o nível de desenvolvimento, maior o grau de desigualdade absoluta. Repetindo o que foi vislumbrado dos gráficos, o nível geral e os níveis de desigualdade absoluta das regiões subdesenvolvidas são marcadamente mais baixos do que os das outras áreas. Finalmente, quanto mais alto o nível de desenvolvimento, mais baixo o grau de mobilidade de circulação entre os homens. As mulheres não mostram uma tendência a esse respeito.

Evidências a respeito da cristalização estrutural são apresentadas na Tabela 2. Entre os homens, quanto mais alto o nível de desenvolvimento, mais alto o grau de cristalização. Entre as mulheres, a mesma tendência pode estar presente nos dados, mas com uma pequena inconsistência.

CONCLUSÃO

Este ensaio tenta descrever a síntese contemporânea das tradições clássica e empírica do pensamento sociológico concernente

à estratificação societária, com especial ênfase no que se pode conhecer a respeito dos modos de descrever variações nas estruturas de estratificação. Nele também são apresentadas ilustrações, mostrando como os indicadores de algumas das dimensões estruturais variam em regiões desenvolvidas entre homens e mulheres empregados no Brasil. Em geral, eles mostram que quanto mais desenvolvida a região, mais estratificada ela é.

Medir as variações de estratificação entre sociedades é uma imensa tarefa devido ao número de variáveis que devem ser estudadas e às diferenças culturais, de idioma, e de organização social entre os povos. Mais ainda, tanto nos níveis individual como societário, os efeitos das diferenças estruturais da estratificação estão entre os que causam maior perplexidade hoje, e talvez em todas as épocas. Por esta razão, compreender como e por que as estruturas de estratificação variam e explicitar as consequências de tais diferenças valem o considerável esforço requerido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUNCAN, Otis Dudley. Social Stratification and Mobility: Problems in the Measurement of Trend. In: SHELDON, Eleanor Bernert e MOORE, Wilbert E. (ed.) *Indicators of Social Change: Concepts and Measurements*. New York: Russell Sage Foundation, 1968.
- FEATHERMAN, David L. e HAUSER, Robert. *Opportunity and Change*. New York: Academic Press, 1978.
- HALLER, Archibald O. Changes in the Structure of Status Systems. *Rural Sociology* 35:469-487, 1970.
- HALLER, Archibald O. *The Socioeconomic Macroregions of Brazil*. Laham, Md: Bernam-Unipub, 1983.
- LENSKI, Gerhardt. *Power and Privilege: A Theory of Social Stratification*. New York: McGraw Hill, 1966.
- SOROKIN, Pitirin A. *Social Mobility*. New York: Harper, 1927.
- SVALASTOGA, Kaare. *Social Differentiation*. New York: David McKay, 1965.
- TREIMAN, Donald J. *Occupational Prestige in Comparative*

- Perspective*. New York: Academic Press, 1977.
- U. S. DEPARTMENT OF COMMERCE. *Social Indicators II*. Washington, D. C.: U.S. Government Printing Office, 1980.
- WEBER, Max. *Class, Status and Party*. In: GERTH, Hans e MILLS, C. WRIGHT (ed.) *From Max Weber*. New York: Oxford University Press, 1946.
- WEBER, Max. *Social Stratification and Class Structure*. In: HENDERSON, A. M. & PARSONS, T. (ed.) *The Theory of Social and Economic Organization*. New York: Free Press, 1947.

Archibald O. Haller é professor emérito da University of Wisconsin, Madison, U.S.A. Em 2000 e 2001 atuou como professor visitante no Doutorado de Ciências Humanas: Sociologia e Política da UFMG.

SELEÇÃO E PARTILHA: EXCELÊNCIA E DESIGUALDADES SOCIAIS NA UNIVERSIDADE

Glaucia Villas
Bôas

A literatura sociológica está repleta de estudos que buscam a lógica das desigualdades sociais.¹ Na sociedade capitalista/burguesa, onde a pulsão aquisitiva torna-se valor e o desejo de ter sempre mais (VILLAS BÔAS, 1999) constitui o cerne da conduta social, não é de se estranhar que muitos sociólogos tenham se ocupado desta temática, buscando os princípios que ordenam populações e coletividades em classes sociais, de acordo com posse maior ou menor de bens. A partilha de bens materiais e espirituais produzidos em sociedade é um tema sociológico por excelência. Nas últimas décadas, a recusa de abordagens chamadas *classistas*² afastou os pesquisadores do enfrentamento das questões das desigualdades sociais, mas eis que elas ressurgem nas discussões sobre mobilidade social, exclusão e pobreza.³ O longo período de desprezo pelo tema, em favor da análise de sistemas ideológicos, foi, entretanto, marcado pela discussão, relevante, sobre princípios que estruturam as desigualdades, que não se encontram

¹ Este artigo resulta da pesquisa *Excelência ou Igualdade de Oportunidade? O caso dos estudantes do IFCS*. Integrou o projeto "Cor e Educação: Políticas alternativas de combate à exclusão", que coordenei juntamente com Yvonne Maggie, com apoio da Fundação Ford. Foi apresentado em novembro de 2000, no Rio de Janeiro, em seminário promovido pelas coordenadoras.

² A produção sociológica brasileira dos anos 50 tem sido repetidas vezes qualificada como classista, subtendendo-se com este termo a utilização do conceito classe social de inspiração marxista. A meu ver essa perspectiva de reordenação das características principais das pesquisas daquela época limita o entendimento do instrumental analítico utilizado, e não leva ao esclarecimento do significado daquela produção, no escopo do pensamento social brasileiro, no qual a Sociologia introduziu e descortinou a questão das desigualdades sociais, a partir da categoria do trabalho. Quanto ao entendimento de orientações seguidas em décadas anteriores, o artigo de Rodolfo Stavenhagen (1980) é muito esclarecedor pois mostra com propriedade as matrizes teóricas do problema. Revela que uma vertente de estudos buscou a lógica das desigualdades no plano da estrutura social, enquanto outros buscavam esquadriñar a estratificação social de grupos ou sociedades nacionais. A meu ver essas duas orientações coexistiram em muitas pesquisas sociológicas das décadas de 50 e 60.

³ A respeito ver *Mobilidade social* de Nelson do Valle Silva (1999)